

CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL: "AVALIAÇÃO ESCOLAR"

25 DE ABRIL DE 2012

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

** Gláucia Torres Franco Novaes*

A avaliação educacional no Brasil se desenvolveu de forma mais estruturada a partir dos anos 90, em função das reformas do Estado, das mudanças advindas da Constituição brasileira de 1988 e de maior compreensão do papel da educação no desenvolvimento econômico e social do país. A nova condição de ente federado dos municípios, com a conseqüente municipalização do ensino fundamental, evidenciou as desigualdades regionais e locais em diversas dimensões da qualidade da educação.

Testes e aferições constituem a metodologia mais comum para realizar avaliações educacionais, por serem procedimentos mais baratos e rápidos, fornecendo resultados objetivos. Exigem, entretanto, metodologia rigorosa para que os resultados sejam fidedignos. É preciso esclarecer que a 'medida' não é avaliação; é preciso atribuir valor aos resultados, os quais devem ser utilizados para redirecionamento das práticas educacionais.

No Brasil, as avaliações de rendimento escolar adotam modelos de monitoramento de desempenho abrangente, em que são aplicados provas cognitivas e questionários para levantamento de dados sobre os perfis de educadores e alunos, condições de funcionamentos das escolas e práticas de ensino. No caso da educação básica, há sistemas de avaliação em larga escala em nível nacional (Saeb/Prova Brasil), estadual (Saresp, Spaece etc.) e local (Prova São Paulo). Há variações quanto às séries avaliadas, mas a quase totalidade investiga conhecimentos e habilidades em disciplinas centrais, especificamente Português, Matemática e Ciências, sendo esse último componente curricular menos comum.

Muitos desses sistemas adotam metodologias sofisticadas para análise dos resultados, especialmente a teoria da resposta ao item (tri), a qual permite colocar itens e sujeitos em uma mesma métrica, possibilitando comparações entre séries e edições da avaliação diferenciadas. Há a possibilidade, também, de elaboração de escalas de habilidades cognitivas, permitindo classificar os alunos em níveis de desempenho, os quais são descritos e julgados como insuficientes ou adequados, com variações. O uso dessa teoria, entretanto, exige a elaboração de matrizes de habilidades,

a criação de um vasto banco de itens e dificulta a compreensão dos resultados para leigos. A elaboração das matrizes de habilidades impõe pesquisas sobre diretrizes curriculares, programas de ensino vigentes e materiais didáticos utilizados, bem como consultas a especialistas e concordância entre os atores educacionais sobre as habilidades centrais a serem avaliadas.

Deve ficar claro que a função da avaliação em larga escala não é avaliar todas as dimensões do aprendizado dos alunos, mas investigar apenas aquelas consideradas mais relevantes na disciplina e série avaliada. A avaliação em larga escala não visa substituir a avaliação do professor em sala de aula. Tem como objetivo fornecer elementos para o desencadeamento de políticas, como formação de professores, programas de recuperação etc. pode, entretanto, fornecer informações importantes para o redirecionamento de práticas de planejamento e ensino nas escolas e diretorias regionais, desde que haja compreensão dos resultados, incluindo suas limitações. A criação de um índice sumarizado de desempenho das escolas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) parece ter dificultado ainda mais esse processo, sobretudo pela divulgação pouco articulada dos resultados.

Para que a cultura da avaliação seja efetivamente instalada com responsabilização de todas as instâncias escolares envolvidas, é preciso investimento em formação dos educadores, rigor nos processos, agilidade na divulgação e efetiva utilização dos resultados.

* *Glaucia Torres Franco Novaes*, doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas

